



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

### DELIBERAÇÃO

#### Nº 17/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 8 de Abril de 2010

Moção sobre o PEC

O Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC – discutido e votado na Assembleia da República no dia 25 de Março, na linha do Orçamento de Estado já aprovado, confirma e evidência a dimensão do desastre económico e social que o PS, com o apoio do PSD e CDS, quer impor ao País.

Mais sacrifícios, agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, lucros e benesses para os grupos económicos.

Instabilidade e retrocesso social, declínio económico, um país mais empobrecido e atrasado é a lamentável realidade que o PEC e quem o representa promete ao País.

O Governo PS e o grande capital tentam apresentar como inevitável uma política que, ditada pela alienação de sectores estratégicos e pela liquidação da capacidade produtiva, só tem para oferecer como alternativa ao País maiores injustiças, mais desemprego, acentuado empobrecimento dos trabalhadores e da população.

O PEC que o Governo PS apresenta com o aval e o apoio da Comissão Europeia, da OCDE e do FMI, é uma declaração de guerra ao povo português, um travão ao desenvolvimento e progresso do País.

São os cortes nos salários da administração pública, com o congelamento do seu valor e que influenciará a evolução salarial dos trabalhadores do sector privado.

São os cortes nas despesas sociais, a começar pela diminuição do valor do subsídio de desemprego, isto num momento em que este já não chega a metade dos mais de 700 mil desempregados.

É a diminuição nas deduções à colecta de IRS. Impedindo o reembolso de centenas de euros por ano nas despesas de saúde, educação ou habitação de milhares de trabalhadores.

É o aumento dos preços designadamente com a introdução de novas portagens em auto-estradas.  
São os cortes no investimento público, em particular de pequena e média dimensão.

O Governo PS avança com mais privatizações, TAP, ANA, EDP, GALP, REN, EMEF, CP Carga, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, linhas suburbanas da CP, entre outras.

A estas empresas juntam-se a componente de seguros da CGD, ou o serviço postal que é garantido pelos CTT cuja entrega ao sector privado significará a destruição deste serviço às populações.

A política de privatizações em Portugal tem sido criminosa. A entrega ao grande capital, nacional e estrangeiro, de empresas públicas, tem sido um factor de degradação dos serviços, de ataque aos direitos dos trabalhadores, de ruína de milhares de pequenas empresas, de perda de receitas pelo Estado e de soberania nacional.

Ao contrário do que dizem PS, PSD e CDS, o PEC não é um caminho inevitável mas uma opção pelos mais ricos e poderosos, contra o POVO e o País. A obsessão pelo défice das contas públicas não é mais do que um pretexto para fazer avançar medidas para impor restrições ao nosso povo e assegurar privilégios ao grande capital.

A resposta aos problemas do País exige uma ruptura com a política de direita, uma mudança na vida nacional que garanta emprego, direitos, justiça social, produção e soberania nacional.

Neste tempo de grandes dificuldades, a luta dos trabalhadores e das populações será decisiva não só para derrotar o PEC, mas para impor outra política que responda aos problemas do país.

E para responder aos problemas do País, é necessário:

- Aumento dos salários e pensões, visando uma mais justa repartição da riqueza e a dinamização do mercado interno, designadamente com a elevação do salário mínimo nacional para pelo menos 600,00€ até 2013 e o aumento das pensões a começar por mais 25€ naquelas que são mais baixas.
- Defesa da produção nacional, apoiando as Micro Pequenas e Médias Empresas, privilegiando o mercado interno, alargando o investimento público, impondo incorporação de produção nacional nos grandes projectos, a taxação das importações e outros apoios às exportações.
- Mais justiça na política fiscal, que contribua para mais justiça social, a satisfação das necessidades do Estado e o equilíbrio das contas públicas obrigando a Banca a pagar 25% da taxa de IRC, acabando com o offshore da Madeira, impondo a taxação das mais valias realizadas na bolsa.
- Combate ao desemprego e apoio aos desempregados, combatendo os despedimentos e a precariedade com legislação dissuasora, alargando o emprego público e a prestação de serviços às populações. Apoiando quem está desempregado, com o alargamento do acesso ao subsídio de desemprego.
- Reforço do sector empresarial do Estado, pondo fim imediato ao processo de privatizações e das parcerias publico-privadas, afirmando o interesse nacional em sectores estratégicos por via do controlo público de sectores estratégicos como a banca, a energia, as telecomunicações e os transportes.

Face a esta situação a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida no dia 8 de Abril de 2010, delibera:

Manifestar a sua frontal discordância com o Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC.

Considerar que o PEC não só não resolve nenhum dos problemas do País, dos trabalhadores e das populações, como antes os agrava.

Apoiar os trabalhadores e as populações do Barreiro na luta que conduza à derrota do PEC, rompendo com a política de direita; respondendo aos problemas do País.

Comemorar o 25 de Abril é comemorar a liberdade, o progresso e as mudanças, ainda que imperfeitas e incompletas, que o novo regime trouxe para Portugal e para os portugueses. A liberdade e a democracia deram a Portugal e ao seu povo, novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento, onde o poder local democrático foi e é, expoente máximo. Quando a queda do nosso muro teve lugar, Portugal avançou e começou a modernizar-se. Esta data, que não é património de ninguém em particular, mas sim uma conquista de todo um povo, é sinónimo de progresso social. Se bem que a transformação de um país não se dê somente pelo seu regime político, sem dúvida que nos regimes democráticos esta é uma realidade diferente dos países com regimes totalitários.

Da mesma forma, comemorar o 1º de Maio, para além de assinalar a luta de significativo número de trabalhadores americanos em 1886, é comemorar a luta diária de milhares de trabalhadores portugueses por justos salários, por melhores condições e pela valorização do seu trabalho, ou e tão simplesmente pela manutenção – difícil em alturas como as que vivemos – do seu posto de trabalho, ou seja, contra o desemprego.

A Assembleia Municipal do Barreiro, reunida a 8 de Abril de 2010, saúda:

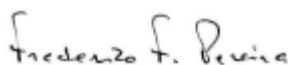
1. O 36º aniversário do 25 de Abril esperando que as novas gerações entendam a sua importância para Portugal, e fazendo votos que os regimes totalitários ainda existentes possam dar lugar a sistemas verdadeiramente democráticos, onde o povo seja, como nós, LIVRE!

2. Todos os trabalhadores portugueses, manifestando-lhes toda a solidariedade, na sua luta por uma política nova, mais justa e que combata o flagelo do desemprego.

**Aprovada por maioria**

**Com 22 votos a favor da CDU e do BE e 12 votos contra do PS e do PSD**

**O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro**



**Frederico Pereira**